

“ Dias de luta, dias de Glória  
antes era a lama  
matando e destruindo sonhos  
escorrendo em nossos corpos  
lágrimas de derrota  
e hoje  
é coronavírus  
matando milhares  
sem pena de nada.  
Já não aguento mais tanta falácia.  
Precisamos de mais amor  
Menos dor.  
E mais esperança que em meu coração  
chega transbordar”. (Meu Coração, escrita  
pela Mirllany Pessoa, 21 anos, moradora da  
favela Pavão, Copacabana/RJ e ex-aluna  
da escola Solar Meninos de Luz)

A Política Social no cenário brasileiro, desde os seus primórdios, se fez permeada por interesses contraditórios entre as classes burguesa e proletária. Assim, como elencado por Santos (1979), os direitos sociais surgem dentro de um viés de mediação em que o Estado estabelece uma “cidadania regulada”, atrelada à categoria profissional.

Um sopro de esperança se fez a partir da Constituição Federal de 1988, com a promessa de ampliação da oferta dos direitos sociais e a consolidação do tripé da Tripé da Seguridade Social, composto pela Saúde, Assistência Social e Previdência Social.

Para as autoras Mioto e Nogueira (2013), a crise mundial das economias capitalistas ocidentais leva a uma violenta redução dos ideais universalistas e igualitários na área dos direitos sociais. Dessa forma, os valores políticos universalistas no que tange a oferta dos direitos sociais, frente às interferências políticas e econômicas, são colocados em xeque e sua oferta, se faz cada vez mais focalizada, fragmentada e excludente e a população que abarca os territórios periféricos, tem sido duramente impactada pelo avanço da flexibilidade neoliberal vigente.

Em tempos de retrocesso e violação dos direitos sociais, torna-se necessário refletir o cenário de agravamento social, resultante do avanço do projeto neoliberal e minimização do papel do Estado. Segundo Alencar (2004), a estagnação econômica tem impactado diretamente no crescimento do número de famílias com renda per capita abaixo da linha da pobreza. Diante desse cenário, enquanto observamos o enxugamento do papel do Estado, em contrapartida, há a crescente parceria público privada (PPP). Se por um lado

temos a consolidação de tal relação, do outro, temos em risco, a garantia da governança participativa tão defendida na constituição já supracitada, a partir da retração do Estado e minimização da oferta das Políticas Sociais.

A edição de número 06 da Revista Moitará traz como pauta, a atuação dentro de diferentes contextos, que perpassam os setores público e privado, através de uma prática que se distancie de um caráter conservador e tecnicista, ao privilegiar o concomitante diálogo entre as competências exigidas junto à atuação da/do profissional de Serviço Social e áreas afins.

A edição é composta por duas sessões- livre e temática. No que tange a sessão temática, intitulada “Navegando pelo desconhecido: o mundo em tempos de Covid-19”, traz uma necessária reflexão sobre os impactos resultantes da SARS-CoV-2, nome científico do Coronavírus (Covid-19), que teve seus primeiros casos identificados ainda no final de 2019, na cidade chinesa Wuhan e já nos primeiros meses do ano de 2020, tornou-se um surto mundial e desde então, o mundo inteiro sofre as consequências econômicas e sociais decorrentes da Covid-19. Para atenuar este cenário de calamidade, observa-se um movimento desencadeado por ações promovidas pelo Estado, Instituições Privadas e do Terceiro Setor para mitigar as consequências decorrentes do avanço da Covid-19. Sob este viés, apresentemos discussões relevantes sobre a pandemia da Covid-19 e outras reflexões concernentes à temática desse editorial.

||

Beatriz Fartes de Paula Neves<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- PUC-Rio. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade do Grande Rio (Unigranrio). Assistente Social da Organização da Sociedade Civil Solar Meninos de Luz, que atende famílias em vulnerabilidade social das favelas Pavão-Pavãozinho e Cantagalo.

**Referências:**

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (Orgs.). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 61-78.

MIOTO, Regina Celia Tamasso & NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013.

SANTOS, W. G. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.